

“Nosso gênero vem de Deus”:¹

Normatividade heterossexual e cisgênera em vídeos religiosos infantis no YouTube

“Our gender comes from God”:

Heterosexual and cisgendered normativity in children's religious videos on YouTube

Danielle Brasiliense

Professora associada ao departamento de Comunicação Social e membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades, Niterói (RJ), Brasil.

Tatiana Clébicar

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde pela Fiocruz.

Fiocruz, Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Introdução

Não são raras discussões polêmicas sobre sexualidade no campo da política brasileira. Diversas críticas de ordem moral a respeito de gênero e sexo criaram afinidades entre diferentes grupos cristãos que ganharam nas últimas décadas força significativa na construção de políticas públicas que se afastam da

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades durante o 29º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), em 2020.

laicidade e se pautam por convicções doutrinárias e religiosas (MACHADO, 2012). Uma das pautas deste acordo é a chamada “ideologia de gênero”. A expressão foi usada pela primeira vez antes da virada do século num documento do extinto Pontifício Conselho para a Família (1999) e hoje é capaz de unir protestantes e católicos. Desde então, a noção de ideologia de gênero se converteu na principal estratégia discursiva de grupos conservadores que se opõem ao avanço dos direitos sexuais no país (LIONÇO et al., 2018). Seus argumentos, que miram em especial a área da educação, notadamente de crianças e adolescentes, foram amplamente acionados durante a campanha presidencial brasileira de 2018, mas já vinham se estendendo num contexto mundial de escalada à direita. O cenário de pânico moral instalado durante os debates eleitorais colocou em circulação narrativas sobre a preocupação com o que chamavam de desvio de gênero e que, supostamente, visavam defender uma integridade moral cisgênera e heterossexual de menores de idade.

A maneira como a titular do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, comemorou sua posse, em 2019, corrobora essa percepção sobre o lugar da infância e da adolescência e a forma de abordagem dos gêneros dessas categorias. Por meio de vídeos amadores publicados nas redes sociais, que receberam destaque na cobertura jornalística, ela avisava: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa!” (PAINS, 2019). A fala resumiu um discurso que já circulava em diferentes campos, mobilizando com especial ênfase atores sociais que transitam entre a educação, a política e a religião, mas com uma sensível diferença de endereçamento. Enquanto a ministra fala sobre crianças, vídeos publicados no YouTube se propõem a falar *com* crianças sobre questões de gênero.

Diante desse contexto, pareceu oportuno analisar o conteúdo de produções destinadas ao público infantil disponíveis na internet. Nosso objetivo neste artigo é mapear discursos de produções audiovisuais para crianças que têm o propósito de afirmar duas únicas possibilidades de gênero, feminino e masculino, desconstruindo e silenciando, portanto, discussões da pauta LGBTQIA+ a respeito da não binaridade dos gêneros. Sabemos que a afirmação de categorias de gênero binárias aproxima eleitores e pessoas em acordo com tais afirmações, uma motivação política capaz de gerar mais força entre religiosos. Mas, fora esse movimento de encampar a empatia de sujeitos conservadores, por que escolher esta temática e mobilizá-la através do público infantil? Por que é tão importante para os modos tradicionais de pensamento cristãos se referir a gênero como condição da ordem social? Sob que circunstâncias a

transexualidade e outras identidades de gênero podem ser pensadas como pecado, impureza e desordem? São essas as questões que pretendemos levantar neste artigo.

Entendemos a importância das religiões cristãs para a cultura ocidental, e esse é o primeiro motivo que nos move a interligar aqui cristianismo e gênero. Pensando nessa influência, temos como premissa a ideia de que nossa cultura está profundamente impregnada da noção de pecado e purificação. Nossa sociedade é marcada por categorias e questões morais rígidas, sustentadas pelo cristianismo como manutenção da ordem social. O segundo e não menos importante motivo é que temos consciência e conhecimento sobre a maneira pela qual, de modo geral, evangélicos e católicos com bases bíblicas rasas, ou apoiados pelo senso comum, se debruçam sobre a verdade da existência de duas únicas possíveis formas de sexo e gênero, vindas do que consideram ser a natureza da criação da humanidade e representadas pela gênese de Adão e Eva. A memória discursiva sobre essa forma binária de pensar o gênero retira dele a possibilidade de sua constituição como performatividade dos corpos discursivos (BUTLER, 2017), corpos que falam. Nesse sentido, as narrativas cristãs enquadram nossos corpos num único sentido, levando-nos a ter dificuldade de percebê-los como múltiplos, diversos e, portanto, a negá-los como possibilidade de verdade. A narrativa binária defendida ao extremo causa violências moral e física sobre tais corpos com intenção de puni-los e apagá-los, ou melhor, apagar outras possibilidades de verdade, afastando-se de propostas doutrinárias pautadas numa “sã laicidade” do Estado (LIMA, 2017). Mas por que isso acontece? Pelo desejo de ser inquestionável, pois o questionamento poderia levar ao enfraquecimento do poder de quem fala?

A reflexão sobre crenças e valores conservadores de nossa cultura será construída a partir do nosso objeto, vídeos religiosos voltados para o público infantil disponíveis no YouTube, que contribuem para o discurso de negação e intolerância em relação à diversidade de gênero. A preocupação de grupos religiosos e políticos com a infância está em salvaguardar o discurso cristão sobre o binarismo de gênero para gerações futuras, tentando evitar o que se considera desviante. Selecionamos, então, três vídeos que utilizam crianças como figuras principais das produções e têm curta duração – menos de cinco minutos. O primeiro vídeo foi publicado no dia 21 de novembro de 2017, data de uma reunião da comissão especial instituída para debater o projeto de lei 7180/2014, nomeado Escola Sem Partido. Intitulado *Ideologia de gênero*, dispõe-se a explicar a que o termo se refere. O segundo vídeo traz o Trio R3 cantando um

insistente refrão no videoclipe *Nosso gênero vem de Deus*, postado em 5 de maio de 2018. O terceiro vídeo, *Hora da diversão: Livro Matemática do Criador*, é de 8 de agosto do mesmo ano.

A partir desses conteúdos midiáticos, faremos uma análise reflexiva de alguns conceitos para entender os motivos que justificam a necessidade religiosa e política de produção desses materiais audiovisuais que afirmam como verdade o binarismo de gênero. Escolhemos falar especialmente sobre as categorias *erro* e *impossibilidade de mudança*, embora outras também estejam presentes. Acreditamos ser importante discuti-las, pois são evidenciadas nos argumentos dos conservadores, que as entendem como transgressão e interdição. Essa constatação nos motivou a examinar como se remonta e reforça a instituição do tabu e da ordem social. Apresentaremos uma discussão sobre o trabalho de Sigmund Freud (2013) e o relacionaremos com os conceitos descritos por Mary Douglas a respeito também da religiosidade e dos ideais de pureza e pecado para compreender melhor os modos de organização dos discursos moralistas cristãos e suas bases que sustentam *discursos de verdade*, de que fala Michel Foucault. Procuramos perceber como as questões provocadas acima se conectam com a ideia de necessidade de construir verdades a partir da normatização dos sujeitos, já que "só pode haver certos tipos de sujeitos de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade" (FOUCAULT, 2002, p. 27). Após discutir as relações entre a construção da ordem e das verdades históricas a respeito dos tabus, purezas e impurezas sociais, propomos uma reflexão ainda sobre a questão da transexualidade e violência de gênero, para compreender como esses discursos atribuídos historicamente como verdades, especialmente por narrativas cristãs, contribuem afinal para a rejeição e o apagamento do outro, ou seja, das diferenças sexuais e de gênero.

Como método de análise dos vídeos, buscamos compreender a partir das narrativas exibidas os discursos de ordem que propõem verdade e poder, pois entendemos que os discursos não são simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta com razão de poder e apoderamento (FOUCAULT, 1996). Segundo Foucault, sexualidade e política são regiões sociais em que se multiplicam buracos negros – e o discurso, que nada tem de transparente ou neutro, é “um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 1996. p. 10). É por esta condição de preocupação com o que deve ser temível que nos

propomos a fazer uma observação atenta desses vídeos programados para crianças, a futura geração que dominará as falas sobre gênero e sexualidade em nosso país.

Erro, tabu e pecado

Segundo Freud (2013), a instauração do tabu é uma estratégia primitiva para frear a desordem. O tabu, ele afirma, comporta uma definição ambivalente que repercutirá na forma como lidamos psíquica e socialmente com a moralidade. O termo tem ao mesmo tempo um caráter santo ou sagrado e perigoso, impuro ou proibido. Sua violação oferece enorme potencial de contágio dos efeitos negativos da transgressão, o que motiva a realização de rituais de purificação, em geral com algum nível de sacrifício ou de modalidade confessional, a fim de neutralizar as supostas consequências, numa primeira leitura, e também de desencorajar a imitação, uma vez que, sem punição, o transgressor pode ser visto como alguém a quem foi feita a concessão de algo vetado aos demais.

Sua eficácia como elemento ordenador incontestável é, no entanto, proporcional à imprecisão de sua origem. “Isso ou aquilo é proibido, não sabemos por quê, e também não lhes ocorre fazer a pergunta; eles [os povos selvagens] apenas as cumprem como algo óbvio, e estão convencidos de que uma transgressão será punida, de forma severa” (FREUD, 2013, p. 16). A proibição infunde no sujeito uma atitude ambivalente em relação ao objeto. Por ser negado, o contato com o objeto torna-se desejável. Ao elaborar sua teoria, Freud assinala que há um parentesco estrutural entre o tabu tribal e as interdições morais de seu tempo, notadamente em relação à sexualidade, e as do nosso também, cabe acrescentar. Segundo o autor, “a violação de determinados tabus envolve um perigo social que tem de ser conjurado ou expiado por todos os membros da sociedade a fim de não prejudicar a todos” (FREUD, 2013, p. 28). Por conta dessa dimensão coletiva, o caráter punitivo da reparação que se exige diante da violação de um tabu tem mais peso do que o de purificação. Não se trata tanto de reintegrar o indivíduo que vacilou, mas de demonstrar aos demais que o exemplo não deve ser seguido. Essa percepção motiva Freud a afirmar que o tabu institui a consciência moral, originária também da ambivalência entre o que se deseja inconscientemente e o que se reprime conscientemente.

Para o autor, religião, ciência e mitologia são as três grandes visões de mundo que procuram explicá-lo a partir de um ponto inegociável: a morte. A partir da consciência da finitude, esses três pilares

ontológicos, que ora convergem, ora se distanciam, organizam-se para buscar explicações que ordenem o mundo. Recorrendo ao mito do assassinato do pai da horda pelos filhos, uma transgressão do tabu totêmico, Freud afirma que o pacto de não agressão entre os irmãos, para o qual contribui a interdição do incesto, funda o tabu social que ordenará a sociedade. O autor indica de que modo essa organização se dá: “a sociedade repousa então na culpa comum pelo crime cometido; a religião, na consciência de culpa e no arrependimento por ele; e a moralidade, em parte nas exigências dessa sociedade e em parte nas penitências requeridas pela consciência de culpa” (FREUD, 2013, p. 152).

Neste ponto, Freud estabelece o elo com as religiões cuja doutrina se assenta na existência de um pai e de um pecado comum, compartilhado pelo conjunto de seus membros. Ele menciona como narrativa exemplar o cristianismo, segundo o qual o Filho sacrifica sua vida em expiação dos pecados de seus irmãos para reconciliação com o Pai. De forma análoga à estruturação do aparelho psíquico individual, Freud percebe aí a noção de uma psique das massas, em que a culpa pela transgressão do interdito se refere à morte simbólica do Pai e é transmitida geração após geração pelo medo. Desse modo, “reatualiza toda uma tradição hobbesiana, que vê na política uma arte de controlar o outro pela violência, assim como introduz na ciência política, com energia, uma potente teoria do sacrifício” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 223). Freud reconhece que não está nítido o processo pelo qual se dá essa transmissão geracional, alertando, contudo, que a tradição e a comunicação direta não são suficientes para explicá-lo. Recorremos a outros autores para tentar avançar nessa direção.

O diálogo entre a Psicanálise e a Antropologia se dá numa via de mão dupla. Mary Douglas (2014) reconhece no mito descrito ou desvelado por Freud que as interdições de um grupo dão a ver sua cosmologia e ordenação social, mas faz uma ressalva: se há validade na postulação freudiana a partir de seu esforço comparativo entre a sociedade de seu tempo e povos considerados primitivos, há igualmente pertinência na crítica de Evans-Pritchard de que há menos uniformidade entre grupos humanos do que outros teóricos puderam supor. Na perspectiva de que as dicotomias rituais pureza x impureza e limpeza x sujeira dialogam com a dicotomia social ordem x desordem, a autora propõe a conjugação de visadas que miram no que há de comum na constituição das sociedades com as variações específicas. “A base correta para a comparação é insistir na unidade da experiência humana e ao mesmo tempo na sua variedade, nas diferenças que fazem com que a comparação tenha valor” (DOUGLAS, 2014, p. 97).

Assim, ao pesquisar a noção de contágio sagrado, ela investiga o que há de universal e de específico na relação entre religião e tabus. A autora retoma as prescrições bíblicas do Levítico, com ênfase especial nos interditos. O livro compõe o Pentateuco, compartilhado pela tradição judaico-cristã como o compilado dos ensinamentos mosaicos. Apesar de observar que há prescrições positivas, é nas negativas – nas proibições – que se encontram os sentidos a respeito do ideal de santidade, alvo das recomendações do Antigo Testamento.

A autora se interessa especialmente pelas normas de alimentação contidas no livro e se pergunta o que tornaria determinados animais puros e outros impuros para consumo, partindo de uma construção teórica que se afasta da ideia de que os regimes alimentares são regidos estritamente por uma simbologia fisiológica e assumindo que as regras dietéticas são dispositivos disciplinares. Ela refuta tentativas de explicações que buscavam encontrar sentidos alegóricos nas recomendações, já que muitas vezes tais alegorias eram incoerentes, valendo para um, e não para outros animais, o que motivou sua investigação por um ponto comum. Este ponto é a busca pela santidade. Ela lembra que a etimologia dessa palavra está relacionada à ideia de separação, de modo que o atributo dos santos, a serem imitados, é estarem separados, colocados à parte em lugar especial. Merecem essa deferência por não transgredirem determinadas normas cuja transmissão se daria às gerações seguintes por meio de tradição oral, da escrita e da prática ritualística, conforme recomendação do texto.

O que determinava o caráter sagrado de certos animais e pessoas era sua condição apartada. Partes da colheita e bichos ofertados em sacrifício eram as melhores amostras do cultivo ou rebanho; não apresentavam imperfeições. O mesmo valia para as pessoas, como os sacerdotes, impedidas de participar dos ofícios do templo caso fossem acometidos por doenças. O contato com fluidos corporais, aquilo que o corpo rejeita e coloca para fora, também poluía o ambiente sagrado. Da mesma forma, o corpo morto poderia contaminar os vivos, razão pela qual os religiosos deveriam abster-se de tocar os cadáveres ou fazê-lo em condições muito estritas. Em todas essas situações, apresentavam-se os predicados da totalidade e integralidade – qualidades vinculadas à perfeição. A hibridações ou ambiguidades eram indesejadas. Douglas chama a atenção para um problema de tradução em que o termo hebraico *tebhel*, que significa confusão, foi traduzido como perversão. A autora não está interessada no fato de que a palavra escolhida tenha sido uma que faz menção ao mito freudiano daquilo que ocupa o lugar do pai (*père-version*). Ela quer mostrar que os ilícitos nutricionais contraindicam qualquer coisa que comporte

ambiguidade, que não possa ser classificada segundo os parâmetros definidos. Seria possível estabelecer um nexos com a fala da ministra sobre as cores das roupas das crianças?

O porco, animal impuro segundo as leis do Levítico, é um dos exemplos que ajudam a iluminar o argumento. Sem qualquer preocupação com seus hábitos de chafurdar na lama e conviver bem com restos e sujeira, os suínos eram proibidos de integrar a dieta porque têm características de dois grupos diferentes: o casco fendido, como os ruminantes, e uma digestão monogástrica, como os não ruminantes. Não podiam, portanto, ser enquadrados num grupo nem no outro... Da mesma forma, seres marinhos sem escamas e nadadeiras eram proibidos. Podemos abrir mão de outros exemplos e ir direto ao ponto: Douglas recorre ao relato da Criação, em que cada animal tinha sua característica e lugar, para entender a lógica do interdito e arriscar que, se a escrita hebraica tivesse conhecimento da existência de pinguins, eles também seriam incluídos no rol dos animais sujos, já que, mesmo sendo aves, não voam e usam as pequenas asas como nadadeiras. Assim, segundo essa lógica, não são puros ou santos os seres que não podem ser claramente postos em separado. Não é necessário muito esforço para pensar nas pessoas trans ao se tentar estabelecer um paralelo com a atualidade.

Embora enfatize a permanência da Lei, o cristianismo atualiza as regras alimentares e adota uma interpretação espiritual do que seja santidade. Douglas faz referência aos escritos epistolares de São Paulo em que a comida deixa de ser um agente de contaminação espiritual. O próprio Jesus fala disso ao tratar de condutas hipócritas: “Não é aquilo que entra pela boca que mancha o homem, mas aquilo que sai dele. Eis o que mancha o homem. (...) Ao contrário, aquilo que sai da boca provém do coração, e é isso o que mancha o homem.” (BÍBLIA, Mateus 15, 11;18).

A chave interpretativa de Douglas tem grande apelo aos que se interessam pelo texto bíblico, mas sua maior contribuição é nitidamente endereçada ao seu campo. Como um preâmbulo para a análise que fará dos leles do Kasai, povo do então Congo Belga, visitado pela primeira vez em 1949, ela alerta para a importação acrítica da ideia de esvaziamento ritual. Para Douglas, é impossível supor uma religião desprovida de ritos e símbolos. Sua forma externa não traduz sua forma interna, mas é a forma interna exteriorizada. Apesar disso, ressaltamos uma passagem em que ela própria remete à prática religiosa em si, algo que ampara este trabalho, tendo os vídeos mencionados no horizonte.

Desde que existe o Cristianismo, não será nunca hora de parar de repetir a parábola do Fariseu e do Publicano, de parar de dizer que as formas externas podem ser tornar vazias e de ridicularizar as verdades

de que se dizem portadoras. A cada novo século, tornamo-nos herdeiros de uma longa e vigorosa tradição antiritualista (DOUGLAS, 2014, p. 79).

A crítica se dirige ao entendimento do protestantismo sobre a hipocrisia que enchia os ritos católicos de normas, mas os esvaziava de sentido. A denúncia avançou os limites da revisão crítica e chegou, segundo a autora, a um ponto de preconceito contra as práticas ritualísticas. Supor que se possa prescindir dos símbolos é ignorar a matéria de que é feito o ser humano. Assim, entender a dimensão simbólica que anima as experiências, mesmo as que se dizem mais literais, consiste num exercício de entendimento sobre as relações sociais, em especial aquelas capazes de estabelecer o que é certo e o que é errado, as relações de poder. Essas relações, como a autora ressalta, manifestam-se também pela via dos corpos, símbolos em miniatura da sociedade, com suas inscrições e limites. Desse modo, falar dos corpos e entender as forças que se exercem sobre eles é falar do binarismo que marca nossa identidade societal: “Os rituais influem sobre o corpo político por intermédio simbólico do corpo físico” (DOUGLAS, 2013, p. 158).

Não apenas pelos rituais, mas pelas práticas ordinárias, o corpo é o lugar prático do controle (FOUCAULT, 2015). A própria vida, expressa nas formas de gestão da saúde e da sexualidade, assumiu a forma prioritária do exercício do poder. Ao desenvolver uma reflexão que mirava em formas coercitivas de imposição da normatividade à família, às formas de organização social, ao desejo e à normalidade psíquica, Foucault desloca a discussão do campo da cultura para o da filosofia. Segundo Safatle (2015, p. 328), ele contribui juntamente com outros autores que tomaram a diferença como um valor ético a ser perseguido, “para a consolidação de um quadro filosófico mais propício à recuperação do problema do reconhecimento da alteridade como problema político central”.

Para Foucault (2015, p. 16), os dispositivos de sexualidade têm uma dimensão discursiva que se manifesta pela “colocação do sexo em discurso”, ocorrida no século XVI e intensificada no século XIX. Diferentemente do que prega a teoria repressiva, a proeminência que as questões relativas ao sexo alcançaram – e da qual o próprio Freud tomou parte ao colocá-las em evidência – consistiu num mecanismo de controle de indivíduos e populações. Trata-se da “‘vontade de saber’ que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (FOUCAULT, 2015, p. 17). Uma das estratégias identificadas por Foucault foi a imposição pastoral cristã de inscrever o sexo no contexto do que devia ser dito durante as confissões. Não nos moldes das confissões antigas, em que detalhes eram enumerados em minúcias, mas

num modelo em que, apesar de as palavras deverem ser cuidadosamente tolhidas, as experiências ganhavam cores vivas. Ao pecador não bastava registrar a transgressão, mas devia ali, no ambiente sigiloso do confessor, tratar de enunciar seu desejo como discurso.

Ao espaço religioso, colaram-se outros que alargaram as fronteiras em que o tema “proibido” era desvelado. A ciência torna-se, então, o espaço em que poderia ser abordado a fim de assegurar seu gerenciamento tanto quanto possível. O sexo como dispositivo de controle das populações assume protagonismo. Era preciso entender e pôr em circulação as estratégias capazes de tornar as relações sexuais utilitárias ao sistema econômico. Foucault afirma que, a despeito do que se costumava dizer da época vitoriana, não se deixou de falar de sexo; passou-se a falar de um outro jeito, quase sempre encoberto com o véu do segredo.

A partir desta reflexão sobre os tabus e as normas que atravessam a nossa cultura pela condição de uma construção discursiva que enquadra verdades e separa o mundo entre normais e anormais, analisaremos os vídeos que escolhemos para pensar as narrativas engajadas por princípios religiosos, marcados por tais tabus normativos, que pretendemos desconstruir.

Os vídeos infantis religiosos e as reflexões divergentes sobre gênero

Dois meninos e duas meninas, aparentando entre 5 e 12 anos, se alternam para explicar do que trata a expressão *ideologia de gênero*. Com texto, figurinos e recursos de edição, reificam signos relacionados à feminilidade e à masculinidade e interditam qualquer outra possibilidade. Esta produção se inicia com o versículo 2 do Salmo 8 do livro A Bíblia Sagrada: “Tu ensinaste crianças e bebês a anunciarem a tua força; assim calaste teus inimigos e todos que a ti se opõem”. Transcrevemos as falas a seguir. As barras indicam a mudança das crianças intérpretes:

Está se falando muito por aí/ sobre a ideologia de gênero./ Essa ideologia afirma que ninguém nasce homem ou mulher./ Ela diz que você é livre para escolher o que quiser./ Como é que é?!? / Isso mesmo./ Ela quer confundir você,/ dizendo que meninos podem ser meninas./ E meninas podem ser meninos./ Mas isso tá errado!/ Sim, muito errado!/ Pois, com isso, eles querem/ confundir também a nossa fé,/ dizendo que o nosso Deus pode errar./ Querem trocar a verdade de Deus por uma mentira./ Mas o nosso Deus nunca erra./ Ele nunca erra!/ Meu Deus me fez menina./ Meu Deus me fez menino./ Meu Deus não errou comigo./ Eu sou o que sou porque meu Deus me fez assim./ Por isso a nossa resposta contra ideologia de gênero é:/ meus Deus nunca erra./ Meu Deus nunca erra./ Meu Deus nunca erra./ Meu Deus nunca erra./ Diga não à ideologia de gênero./ Porque o meu Deus nunca erra (IDEOLOGIA..., 2017).

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v21.ed45.2021.58>

No videoclipe *Nosso gênero vem de Deus*, os cantores do Trio R3² são os protagonistas. As meninas usam vestidos em tons de rosa com laçarotes, e o menino veste calça, camisa social e suspensório, deixando claras as representações conservadoras a respeito de masculino e feminino. Num campo gramado, garotas com bonecas e ursos de pelúcia ficam separadas dos garotos, que brincam de carrinhos. Os dois grupos não brincam juntos, sequer interagem. Durante o refrão, elas mexem nos cabelos enquanto eles erguem o braço, mostrando o “muque”.

Sou menino!/ Sou menina!/ Sou menino!/ Sou menina!/ O bondoso criador fez meninos e meninas. Com o seu imenso amor a palavra nos ensina. Não nasci no corpo errado. O meu criador amado desenhou um corpo pra mim./ Sou menina, menina feminina./ Sou menino, menino masculino./ Não somos acidentes nem erros divergentes. Fomos feitos pelo criador./ Sou menino diferente das meninas tão legais./ Sou menina feminina isso é lindo e bom demais./ Nosso gênero vem de Deus e não pode ser mudado./ Me aceito como sou; vou cumprir o meu chamado./ Sou menina, menina feminina./ Sou menino, menino masculino./ Não somos acidentes nem erros divergentes./ Fomos feitos pelo criador. Sou menino diferente das meninas tão legais./ Sou menina feminina isso é lindo e bom demais (NOSSO..., 2018).

O vídeo *Hora da diversão: Livro Matemática do Criador* anuncia que “Chegou o livro Matemática do Criador”:

Homem mais mulher mais filhos igual a família./ Deus me fez menino. Sou feliz assim./ Menina Deus me fez e menina sempre serei./ Deus criou o homem e a mulher a sua imagem e semelhança e isso jamais pode ser mudado! Vem com belas ilustrações, atividades para colorir e continhas de matemática numa linguagem superdivertida. Matemática do Criador:/ homem/mais mulher/mais filhos/igual a família./ Produtos canção Nova, presentes que transformam vidas (HORA..., 2018).

Uma narradora infantil apresenta a nova publicação, enquanto meninas com enfeites no cabelo e unhas pintadas realizam as atividades indicadas no livrinho. Na sequência, dois meninos e duas meninas intercalam frases em que reiteram suas identidades e a “fórmula matemática de família”. Como nos outros vídeos, os brinquedos são signos de gênero: um menino segura uma bola, e uma menina, um urso de pelúcia.

Ao analisar o conteúdo dos textos dos vídeos, algumas categorias se evidenciam:

- a. oposição menino/homem/masculino x menina/mulher/feminino: os três vídeos partem de uma compreensão binária, fixa e oposta do binômio sexo-gênero, tomados como sinônimos;
- b. designação divina: nos três vídeos, a noção de gênero é considerada imposição de Deus, perfeito e bondoso. A concepção da condição natural inata aparece aqui como escolha divina, afastando qualquer

² É formado pelos irmãos Rayane, Rony e Rayssa, filhos dos músicos Ronny e Simone Barboza, que atuam no segmento gospel.

possibilidade de construção social para o desempenho de papéis sexuais. Apesar disso, tampouco são levadas em conta condições inatas como a intersexualidade;

c. nãoção de erro: a ideia de erro contempla dois aspectos. O primeiro é o de que a não identificação com um dos dois sexos biológicos por parte da própria criança configura um equívoco. Além disso, são consideradas não apenas erradas, como também nocivas, quaisquer propostas de se pensar o binômio sexo-gênero a partir das teorias de construção social. Embora a palavra erro seja explicitada em apenas dois vídeos, esse sentido está também presente no vídeo que utiliza a ideia da fórmula matemática, na qual qualquer variação dos fatores altera o resultado esperado. Diferentemente dos dois primeiros, este vídeo aciona um sentido científico (matemática). A conta deve se tornar difícil de fechar para casais heterossexuais que, mesmo seguindo a cartilha, não consigam gerar filhos;

d. impossibilidade de mudança: a perfeição e a bondade de Deus seriam as justificativas que impediriam erros e qualquer possibilidade de ambiguidade ou trânsito de um gênero a outro.

A partir dessa pontuação crítica sobre os vídeos, acreditamos ser necessário refletir sobre a inteligibilidade dos gêneros a partir de estudos que desconstruem a ideia da binaridade como verdade absoluta. Depois dos estudos críticos feministas, o conceito de gênero é incorporado ao debate por ser a base de uma das matrizes de exercício do poder. Se uma primeira geração feminista conceitua o sexo como uma identidade biologicamente dada, e o gênero como sua construção cultural ou social, conforme enunciou Beauvoir (1967), Butler (2017) parte de uma radical crítica política – a das categorias identitárias em si – e chega na proposição de que tanto sexo quanto gênero são construídos socialmente: o primeiro por sua relação com a cultura, e o segundo, por seu caráter performativo. Estruturando seu argumento sobre uma base filosófica que contradiz a metafísica da substância, Butler (2017, p. 32, grifo da edição brasileira) elabora uma teoria social do gênero em que o conceitua “como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis”.

Gênero, portanto, ao contrário de tudo que os vídeos tentam demonstrar e reforçar, é um conceito relacional e contextual, que depende de variações históricas e culturais convergentes, e que produz efeito sobre as identidades que nada *são* em si mesmas, mas *expressam* a si mesmas através de práticas performativas. Butler (2017, p. 56, grifo da edição brasileira) afirma que “não há identidade de gênero por

trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”.

Para Butler (2017, p. 43), ao ser problematizado, o conceito desestabiliza não apenas as categorias identitárias, como a própria noção de sujeito, que requer um grau de unidade e estabilidade, oferecendo segurança jurídica em troca de liberdades: “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Qualquer desconexão entre esses fatores põe em xeque o ordenamento social. Em prol de identidades conexas, instaura-se uma matriz cultural que nega a existência de outras. Apesar dos esforços em contrário, dos quais os vídeos que trouxemos para o debate poderiam ser encarados como materializações apenas aparentemente ingênuas, identidades “desconexas” insistem em se dar a ver. Assim,

certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou *impossibilidades lógicas* precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos regulares desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero (BUTLER, 2017, p. 44, grifos nossos).

A flexibilidade com que ela propõe que as identidades de gênero sejam abordadas resultou em críticas de representantes das teorias feministas radicais, já que o sujeito por quem lutavam (a/as mulhere/s) fora desconstruído – além, é claro, da previsível oposição de movimentos que se baseiam numa tradição falocêntrica. Outras correntes veem em sua abordagem, por outro lado, um convite ao fortalecimento da luta contra a opressão do patriarcado pela inclusão. Sua proposição ético-política abarcou populações cujas expressões de gênero se constroem pela ambigüidade, como as pessoas trans. Diferentemente do que as teorias feministas radicais fazem crer, a autora sugere que a paródia feita pelas pessoas que vivem de maneiras ambíguas ou supostamente incoerentes (*travestis, drag queens, butches*) não degradam a condição feminina. Ao contrário: “zombando” por meio de uma performance caricatural da ideia de uma verdade relacionada aos gêneros, revelam “a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual” (BUTLER, 2017, p. 237). Para autoras feministas brasileiras, sua crítica à dicotomia contribuiu para uma abertura à alteridade e acolhimento das diferenças (POMBO, 2017).

Filiar-se a uma matriz teórica menos segregacionista parece ser especialmente importante no contexto brasileiro, quando assistimos a esses vídeos especialmente destinados a crianças e adolescentes

em período de formação de suas identidades. Mais que isso, entendemos que através dessas narrativas a democracia legal não se traduz num cotidiano de respeito efetivo às diferenças (BENTO, 2008) e resulta em desamparo psíquico (POMBO, 2015) e cível (VENTURA, 2010) de pessoas que não se afinam com tais ideias ou não se identificam com gêneros binários, como reforçados nas narrativas religiosas.

Essa estratégia de enquadramento binário sempre é inviável às pessoas trans, cujos corpos “seriam a própria materialidade da impossibilidade de assimilação” (BENTO, 2017, p. 59), e que, no imaginário do senso comum, principalmente religioso cristão, poluem a cena social com sua própria existência. É a tal confusão de que falam as criancinhas no primeiro filme. A quem vive pela experiência trans, restam poucas opções de limpeza performática. Nesses casos, a faxina alegórica se traduz em violência concreta. Para que se possa dar a dimensão das diferentes formas de abuso físico e simbólico a que essas populações estão expostas, a autora pede o uso do sufixo adequado quando se quiser tratar da rotina invisibilizada de extermínio: ela propõe “chamar de LGBTcídio. Não se trata ‘apenas’ de LGBTfobia, mas de uma ação permanente de assassinatos dessa população sem que nenhum processo jurídico seja instaurado e com pouca repercussão internacional” (BENTO, 2017, p.55).

Jesus (2015) enfatiza que nem as vivências sexual-afetivas não hegemônicas, nem as identidades não cisgêneras, são reconhecidas de maneira efetiva pela sociedade. A autora chama a atenção, no entanto, para o fato de pessoas trans e intersex, consideradas incompreensíveis, serem vistas como abjetas, sofrendo como consequência violências que podem ser caracterizadas como crimes de ódio, dada a forma hedionda com que são cometidos. Além das elevadas estatísticas de óbitos, ela menciona a crueldade empregada, o que a leva a constatar que essas *pessoas*, nem sempre vistas como tal, gozam de uma subcidadania.

Essa mesma percepção é compartilhada por autores do campo da saúde que reivindicam que “a sociedade enxergue que pessoas trans não são anomalias que precisam ser excluídas e sim PESSOAS que precisam ser respeitadas” (SANTOS, 2015, p. 23, grifo da autora). Interessada em discutir o bem-estar psicossocial dessa população, Santos enumera uma série de violações sofridas por esse grupo ao longo da infância e adolescência, o que torna a população trans adulta especialmente vulnerável à depressão. Paralelamente, observa marcos legais que, apesar do ritmo lento, terão repercussão a longo prazo. Um exemplo é a regulamentação do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Outro, ainda projeto de lei quando da elaboração do texto, era a mudança de nome e de gênero no registro civil,

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v21.ed45.2021.58>

autorizada pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2018 pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 (BRASIL, 2018). A aposta da autora é de que esses avanços levarão às próximas gerações o entendimento de que pessoas trans são pessoas, algo que deveria ser evidente, mas não é. Certamente, esses passos pavimentam o caminho nesse sentido. Os vídeos *Ideologia de gênero, Nosso gênero vem de Deus* e *Matemática do Criador*, a fala da ministra Damares Alves e projetos legislativos como o Escola sem Partido, no entanto, sinalizam que os rumos podem ser outros.

Considerações finais

As vozes dessas crianças entoam com força o conservadorismo que se nega a pensar na possibilidade da existência do gênero como elemento discursivo, como nos mostra Judith Butler (2017), desconectando a natureza dos órgãos sexuais e a sexualidade desejante dos corpos. Nos últimos anos, os estudos sobre o corpo ganharam maior espaço para pensar a sociedade contemporânea. Com isso, ampliaram-se as discussões sobre a diferença entre gênero e sexualidade, o que assustou demasiadamente quem até então apenas acreditava em Adão e Eva como homem e mulher com toda a sua história de reprodução. Cresceram, então, as opiniões conservadoras, especialmente religiosas, que não compreendem o gênero como uma construção subjetiva, discursiva e desconectada da sexualidade. Os vídeos analisados já denunciavam essa preocupação em reforçar as categorias binárias de gênero que vêm fazer parte de um projeto de governo poucos anos depois. Decerto não se pode creditar a eles responsabilidade direta por atos de violência contra quem quer que seja, sequer por apologia. Mas, ao rechaçar o que chamam de ideologia de gênero, seus realizadores atingem pessoas. É por corpos, com corpos e em corpos que as ações se orientam, não raro de forma virulenta. É o que se observa diante da contundência de um enunciado que se inicia encerrando qualquer possibilidade de dialogismo (BAKHTIN, 2011) ao propor o silenciamento do outro.

Para deter o pânico moral e impedir as violências, que se iniciam pelo discurso, é fundamental responder a essa retórica, diferenciando o que os profetas da intolerância anunciam como verdade e o que propõem, de fato, os estudos de gênero (LIONÇO et al, 2018). A disputa narrativa, no entanto, tenderá a pender para o lado dos corpos mais violentados se as vozes dissonantes inseridas nos próprios contextos

religiosos – sim, elas existem (MARTIN, 2018; LIMA, 2016, 2021; SERRA, 2019) – conseguirem ecoar para além dos muros acadêmicos, quem sabe pela voz de outras crianças.

Danielle Brasiliense

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9523-9836>

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades, Niterói (RJ), Brasil.

Doutora em Comunicação / UFRJ

E-mail: dabrasiliense@gmail.com

Tatiana Clébicar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1134-8793>

Fiocruz, Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Mestre em Informação e Comunicação em Saúde / Fiocruz

E-mail: tatiana.clebicar@gmail.com

Recebido em: 12 de agosto de 2020.

Aprovado em: 19 de outubro de 2021.

Referências:

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida** (vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. Brasil: do mito da democracia às violências sexual e de gênero. In: _____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 328).

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais grego, hebraico e aramaico mediante a versão dos Monges Beneditinos de Maredsous. 207ª ed. São Paulo: Ave Maria, 2015. Edição Claretiana.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v21.ed45.2021.58>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 21, Nº 45, p.72-91, set./dez. 2021

BRASIL. Provimento nº 73, de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Brasília.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 2017: Civilização Brasileira, 2017.

CAVALARO, Weglison. **O Mundo de Otávio**. Desenvolvida por H3X Tecnologia. Disponível em: <<http://omundodeotavio.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates; 120).

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: A vontade de saber 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORA da diversão: Livro Matemática do Criador. Cachoeira Paulista: Canção Nova Kids, 2018. (1 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=hH0dAJQVe-E>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IDEOLOGIA de gênero. Maringá: O Mundo de Otávio, 2017. (1 min. 34 seg.), son., color. Disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=XvEYSISAeiU>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Cidadania LGBTTTI e políticas públicas: identificando processos grupais e institucionais de desumanização. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). **Desfazendo gênero**. Edufrn: Natal, 2015.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000200119&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jul. 2020.

LIMA, Luís Correia. Os LGBT, o Papa e a Família. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: v. 16, 2016, p. 22-27. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/554405-os-lgbt-o-papa-e-a-familia>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **Teologia e os LGBT+**. Petrópolis: Vozes, 2021.

_____. Gênero: ideologia ou realidade? **Domtotal.com**. Belo Horizonte. 19 mai. 2017. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1153488/2017/06/genero-ideologia-ou-realidade/>>. Acesso em 28 out. 2021.

LIONÇO, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jul. 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jul. 2020.

MARTIN, James. **Building a bridge**: how the catholic church and the LGBT community can enter into a relationship of respect, compassion and sensivity (e-book). Nova York: HarperCollins, 2018.

NOSSO gênero vem de Deus (Clipe oficial). [s.l.]: Ronny Produções, 2018. (4 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=vXo7cyfRLAc>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PAINS, Clarissa. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. **O Globo**. Rio de Janeiro. 03 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero. **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017. p. 388-404.

POMBO, Mariana Ferreira. Sexualidade e contemporaneidade: novas subjetividades frente ao desamparo. **Clínica & Cultura**, n.2, v.4, dez. 2015. p. 17-30.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Family and human rights**. Roma: Santa Sé, 1999. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001115_family-human-rights_en.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTOS, Chopelly. Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Totem e tabu: o "mito científico" da era das catástrofes. In: FUKS, Betty B; BASUALDO, Carina; A BRAUSNTEIN, Néstor (Org.). **100 anos de Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p.207-232

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade)

Resumo

A sociedade brasileira passa por intensa discussão sobre “ideologia de gênero”, mobilizada por políticos religiosos que tomam a infância como objeto prioritário. Por isso, consideramos importante pensar produções narrativas evangélicas e católicas sobre gênero e sexualidade, em vídeos infantis publicados no YouTube. Ao analisar três produções que reiteram o binarismo de gênero como única possibilidade de existência, entendemos que esses discursos cristãos tentam desqualificar a problematização sobre a diversidade de gênero. Nosso objetivo é perceber como as culturas de segregação via ideias primárias sobre tabus e ordem social favorecem práticas discursivas conservadoras. Acreditamos que este alinhamento aos conceitos de pecado, pureza e impureza contribui para formas de violência contra quem assume identidades de gênero não-binárias, especialmente pessoas trans. Observamos que os vídeos defendem uma ideia de anormalidade dos sujeitos e acabam por autorizar, de certa maneira, a intolerância contra pessoas que não se alinham aos ideais cisgêneros e heteronormativos.

Palavras-chave: Gênero. Discurso religioso. YouTube. Infância. Identidade de gênero.

Abstract

Brazilian society is going through an intense discussion about “gender ideology”, triggered by religious politicians who take childhood as a priority object. Therefore, we consider it important to reflect on evangelical and Catholic narrative productions about gender and sexuality, in children's videos published on YouTube. By analyzing three productions that reiterate gender binarism as the only possibility of existence, we understand that these Christian discourses try to disqualify the problematization of gender diversity. Our goal is to understand how segregated cultures via primary ideas about taboos and social order support conservative discursive practices. We believe that this alignment with the concepts of sin, purity and impurity contributes to forms of violence against those who assume non-binary gender identities, especially transgender people. We observe that the videos defend an idea of abnormality and end up authorizing, in a certain way, the intolerance against people who do not align themselves with cisgender and heteronormative ideals.

Keywords: Gender. Religious discourse. YouTube. Childhood. Gender identity.

Resumen

La sociedad brasileña atraviesa una intensa discusión sobre la “ideología de género”, desencadenada por políticos religiosos que toman la infancia como objeto prioritario. Por eso, consideramos importante reflexionar sobre las producciones narrativas evangélicas y católicas sobre género y sexualidad, en videos infantiles publicados en YouTube. Al analizar tres producciones que reiteran el binarismo de género como única posibilidad de existencia, entendemos que estos discursos cristianos intentan descalificar la problematización de la diversidad de género. Nuestro objetivo es comprender cómo las culturas segregadas a través de las ideas primarias sobre los tabúes y el orden social apoyan las prácticas discursivas conservadoras. Creemos que esta alineación con los conceptos de pecado, pureza e impureza contribuye a formas de violencia contra quienes asumen identidades de género no binarias, especialmente las personas transgénero. Observamos que los videos defienden una idea de anormalidad y terminan autorizando, de cierta manera, la intolerancia hacia personas que no se alinean con ideales cisgénero y heteronormativos.

Palabras clave: Género. Discurso religioso. YouTube. Niñez. Identidad de género.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.